

PROCESSO Nº: 33910.005859/2017-58

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº: 1/2020/GEARA/GGREP/DIRAD-DIPRO/DIPRO

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2020.

1. ASSUNTO

- 1.1. O tema trazido à baila faz parte da Agenda Regulatória 2019/2021, dentro do Tema 12, sub tema denominado "Aperfeiçoamento dos critérios para alteração de rede hospitalar", que faz parte do eixo "Aperfeiçoamento do Ambiente Regulatório".
- 1.2. A Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO tem a satisfação de encaminhar o presente processo, com vistas a abertura de Consulta Pública.
- 1.3. Trata-se de apresentar à sociedade uma proposta de Resolução Normativa que disponha sobre os critérios para as alterações na rede assistencial hospitalar no que se refere à substituição de entidade hospitalar e redimensionamento de rede por redução, em complementação ao estudo apresentado em 2017.
- 1.4. A Consulta Pública tem por objetivo aumentar a qualidade e eficácia da regulação do setor, reduzir custos por parte dos intervenientes e da própria administração pública, além de dar maior publicidade, transparência e previsibilidade aos novos procedimentos a serem estabelecidos.

2. INTRODUÇÃO

- 2.1. A regulamentação do setor, com a publicação da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, trouxe para o órgão regulador, a obrigação de acompanhar e autorizar as alterações de rede hospitalar conforme previsto no seu artigo 17, assim como a Lei 9.961, de 28 de janeiro de 2000, estabeleceu a competência para fixar critérios para os procedimentos de credenciamento e descredenciamento de prestadores de serviços às operadoras.
- 2.2. Atualmente, as análises dos pedidos para alteração de rede hospitalar são realizadas com base nos entendimentos dispostos na Nota 393/2010/GGEOP/DIPRO/ANS, que teve o objetivo de uniformizar os critérios de análise das solicitações de alteração de rede hospitalar por substituição e por redução, e na Nota 315/2015/GGREP/DIPRO/ANS, que complementou a primeira nota citada com relação aos critérios de substituição de prestador hospitalar, sem, contudo, as regras serem positivadas em normativo específico.
- 2.3. As Notas Técnicas utilizadas permitem dar uniformidade nas análises das solicitações de alteração de rede hospitalar e tornar público os critérios adotados para o deferimento ou não do pleito. Porém, não estão atualizadas e em sintonia com a evolução regulatória do setor, o que pode dificultar não só a gestão da rede pelas próprias operadoras, bem como o acesso à rede e à cobertura contratadas pelos beneficiários.
- 2.4. Em 2016, com o objetivo de promover um espaço permanente de discussão com os

representantes do setor de saúde complementar a respeito de temas relacionados à estrutura e funcionamento dos planos de saúde, atinentes às competências normativas da Gerência-Geral Regulatória da Estrutura dos Produtos – GGREP da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos – DIPRO, foi instituído o **Comitê de Regulação da Estrutura dos Produtos**.

2.5. As propostas para as alterações de rede hospitalar por redimensionamento e substituição, apresentadas em 2017, foram discutidas com o setor no âmbito deste Comitê, e buscaram o enfrentamento das questões relevantes à época, sendo a melhor solução frente ao grande passivo de processos de alteração de rede que existia, a falta de sistemas informatizados que mantivessem a rede hospitalar atualizada, já que o Sistema para Alteração de Rede Hospitalar ainda não havia sido implementado, e o padrão TISS - Troca de Informação em Saúde Suplementar se encontrava em processo de desenvolvimento e organização das informações.

2.6. Com a inclusão do tema na Agenda Regulatória da ANS - 2019-2021, em 2018, e a retomada do projeto para o aperfeiçoamento dos critérios para alteração de rede hospitalar em 2019, as propostas foram então revistas e a questão voltou a ser discutida com o setor por meio dos Diálogos Regulatórios.

2.7. Os **Diálogos sobre a Agenda Regulatória** consistiram numa série de reuniões, com representantes do setor da saúde suplementar, para debater sobre os temas da Agenda Regulatória 2019-021 pertinentes à Diretoria de Produtos.

2.8. Os registros, assim como todo material produzido, sobre o tema no âmbito dos Diálogos sobre a AR 2019-2021 podem ser encontrados em <http://www.ans.gov.br/participacao-da-sociedade/reunioes-tecnicas/reuniao-tecnica-de-analise-das-contribuicoes-recebidas-no-ambito-da-agenda-regulatoria-2019-2021>.

2.9. Conforme mencionado, esta GEARA vem se debruçando em estudos sobre critérios para alteração de rede hospitalar, de forma a trazer mais transparência e eficiência ao processo.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. As sugestões enviadas no âmbito dessa Consulta Pública devem se atentar para os objetivos que a norma pretende alcançar, quais sejam:

(1) Possibilitar a gestão eficiente das redes assistenciais hospitalares pelas operadoras;

(2) Compatibilizar os critérios utilizados para substituição de prestadores hospitalares com os critérios para prestadores não-hospitalares, no que for cabível;

(3) Garantir a manutenção da assistência, com maior transparência, no procedimento de alteração de rede hospitalar; e

(4) Melhorar a eficiência da comunicação aos beneficiários sobre as alterações ocorridas na rede credenciada

3.2. As discussões para o Aperfeiçoamento dos Critérios para Análise de Alteração de Rede Hospitalar, resultaram numa proposta de normativo elaborado a partir de ampla discussão com os agentes do mercado da saúde suplementar (operadoras, prestadores e consumidores) e sociedade civil.

3.3. É importante destacar que a proposta de normativo a ser colocada em consulta, busca garantir uma solução na qual prevaleça a impessoalidade, a economicidade, a sustentabilidade e, principalmente, a razoabilidade que a matéria requer.

3.4. Destaca-se, ainda, que a proposta apresentada no documento de Análise de Impacto Regulatório, SEI17274009, se encontra totalmente alinhada com os objetivos traçados, bem como

permanece sob a lógica dos estudos desenvolvidos no âmbito da regulação das redes assistenciais na saúde suplementar.

CONCLUSÃO:

1. São essas as considerações de ordem geral que cumpre expor.
2. A fundamentação sobre todas as questões encontram-se pontuadas na Nota Técnica 46/2020/GEARA/GGREP/DIRAD-DIPRO/DIPRO, SEI 17274009, a qual relata todas as contribuições recebidas e as conclusões da equipe técnica, e na Nota Técnica 47/2020/GEARA/GGREP/DIRAD-DIPRO/DIPRO, SEI 17274009, que apresenta a Avaliação do Impacto Regulatório.
3. Em vista do exposto, atendendo à Lei 13.848/19 bem como a Resolução Normativa 242/2010 da ANS, que dispõe sobre a participação da sociedade civil e dos agentes regulados no processo de edição de normas e tomada de decisão da ANS mediante a realização de consultas e audiências públicas, e câmaras técnicas, por tratar-se de assunto de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados, sugere-se que o processo seja enviado à Diretoria Colegiada, para que seja autorizada a abertura de Consulta Pública, com o objetivo de dar oportunidade de ampla participação de toda a sociedade civil de apresentarem suas contribuições, através de formulário específico que será disponibilizado no sitio da ANS.
4. É a Exposição de Motivos.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA ROBERTA ALVES NUNES GOMES, Especialista em Regulação de Saúde Suplementar**, em 08/07/2020, às 22:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Michelle da Silveira Barbosa, Técnico Administrativo**, em 08/07/2020, às 22:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Ribeiro Abib, Gerente de Acompanhamento Regulatório das Redes Assistenciais**, em 08/07/2020, às 22:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LIDIA DO CARMO SEQUEIRA DA MOTA, Coordenador(a) de Regulação da Estrutura das Redes Assistenciais**, em 08/07/2020, às 22:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://www.ans.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **17346788** e o código CRC **882027FA**.